



## **Desafios e significados das trajetórias individuais na permanência estudantil universitária em Moçambique**

### **GT 15 – RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO**

#### **Relato de experiência**

Telma amorgiana Fulane TAMBE

(Pesquisadora do NEPRE/Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

e-mail: tambetelma@gmail.com

Candida Soares da COSTA

(Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

e-mail: candidasoarescosta@gmail.com

### **1 Introdução**

O ensino superior (ES) em Moçambique surgiu nos anos 1960 como uma extensão da universidade portuguesa, com o objetivo de manter a unidade do território português e beneficiar, principalmente, os jovens das classes sociais privilegiadas, especialmente os brancos (Langa, 2014; Tambe, 2023). Em 1968, apenas 1% dos 748 estudantes matriculados eram negros, sendo usados como exemplo de integração pelo governo português, embora, na prática, o sistema favorecesse europeus, asiáticos e assimilados (Gasperini, 1987). Mesmo após a independência de Moçambique, em 1975, o ES permaneceu elitista e excludente, sem mudanças imediatas para incluir as camadas populares.

A partir de 1976, o ES passou a incluir grupos historicamente excluídos, como negros/as e pessoas com deficiência, por meio de políticas educacionais, o que trouxe novos desafios à permanência estudantil (Tambe, 2023; Gasperini, 1989; Langa, 2014). A democratização do ES foi impulsionada pela revisão da Constituição da República de 1990, que tornou a educação um direito dos cidadãos e um dever do Estado (CRM, 1990, Art. 92). Com a liberalização da educação, a primeira lei do ES<sup>1</sup>, em 1993, permitiu a criação de instituições privadas, abrindo espaço para entidades religiosas, privadas e individuais, dentro de uma lógica neoliberal de financiamento (Tambe, 2023; Miguel, Tambe, Costa, 2021).

No entanto, conforme relatado pelo Ministério da Educação através dos seus Planos Estratégicos do Ensino Superior (PEES, 2000, 2012), somente a partir de 2000 se começou a

---

<sup>1</sup> Trata-se da Lei do Ensino Superior, aprovada em 1993, que cria espaço para a abertura de IES privadas. Em pelo menos 10 anos assistia-se a novas transformações políticas e socioeconômicas e uma nova perspectiva sobre a função e natureza das universidades, em Moçambique.



implementar medidas para ampliar o acesso e a permanência no ES. Essas ações incluíram a mercantilização do ES, com financiamento estatal para instituições privadas e reembolso após a formação. Também foram adotadas políticas públicas para expandir as instituições públicas e promover programas sociais, como bolsas de estudo e reserva de vagas para populações das regiões centro e norte, visando garantir um ensino público de qualidade.

As instituições públicas passaram a cobrar mensalidades, especialmente no período noturno, beneficiando, majoritariamente, estudantes de famílias que vivem na capital Maputo, onde se concentram cerca de 70% das instituições de ES (Tambe, Costa, Gonçalves, 2022; PEES, 2012). Em contraste, mais de 60% da população reside em áreas rurais, onde a taxa de pobreza é de 37,4%, afetando principalmente as mulheres, o que agrava os desequilíbrios regionais (Instituto Nacional de Estatística, 2021; UNPFA, 2017).

Esse texto relata a participação de mulheres de regiões rurais de Moçambique inseridas no projeto "Juntas Somos Mais Fortes" e as ações que visam garantir sua permanência no ES. O projeto, com alcance internacional, é apoiado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE) da Universidade Federal de Mato Grosso e por um grupo de brasileiros/as e uma moçambicana. Desenvolvido virtualmente desde 2022, envolve mulheres da Universidade Eduardo Mondlane (campus principal da cidade de Maputo e da Escola Superior de Ciências Marinhas e Costeiras, na cidade de Quelimane, capital da província de Zambézia, no centro do país) e da Universidade Save, ), situada na região sul, além de um jovem que ingressou no ES em 2023.

O objetivo desse relato de experiência é analisar os desafios e significados das trajetórias individuais de estudantes universitários em Moçambique, com foco na permanência estudantil entre mulheres de regiões rurais, destacando as iniciativas e estratégias adotadas para promover a inclusão e a sua continuidade no ES.

### **1. Implementação de medidas de apoio à permanência estudantil em Moçambique: barreiras e desafios**

Estudantes que ingressam no ES enfrentam diversas exigências que moldam a sua permanência na universidade, como mudança de estilo de vida, novas aprendizagens, hábitos e rotinas, além de desafios financeiros e interpessoais (Mattos, Lebrão, Heleno, 2017). Esses desafios refletem um processo dinâmico que impacta tanto a esfera social quanto individual (Vygotsky, 2011). A transição para o ES é uma fase de transformação, criando oportunidades para mudanças nas trajetórias dos/as estudantes que, vindos de diferentes contextos culturais,



enfrentam rupturas e descontinuidades ao se adaptarem ao ambiente universitário (Silva *et al.*, 2018). Nos campi da UEM e UniSave, essa transição gera novos sentidos de pertencimento, enquanto os/as estudantes constroem suas identidades de forma relacional e dialógica (Santana, Oliveira, 2016).

No entanto, o governo moçambicano, ao desenvolver políticas para democratizar o acesso à educação, decidiu que uma das maneiras de ampliar a educação para toda a população era exigir que estudantes de níveis e subsistemas do Sistema Nacional de Educação (SNE)<sup>2</sup> contribuíssem financeiramente para os custos do setor. Embora a gratuidade do ensino primário tenha sido garantida pela Lei n.º 4/83 (MINED, 1986), a educação nos níveis médio, secundário e superior passou a ser paga. Além disso, os/as estudantes passaram a contribuir para as despesas das residências estudantis. Em cumprimento do decreto em vigor, as IES passaram a cobrar mensalidades. Em 1995, a Política Nacional de Educação reforça a ideia do pagamento de mensalidades

Nessa direção, estudos que buscam conhecer os sentidos atribuídos pelos/as estudantes aos desafios enfrentados em suas trajetórias de escolarização para a permanência, a partir de suas narrativas, revelam-se importantes propostas investigativas, na medida em que concebem os/as estudantes como sujeitos históricos que se movimentam e se interpenetram.

## 2 Metodologia

Instigado pelos atravessamentos que marcam as experiências de ingresso e permanência no ES de mulheres negras moçambicanas, de classe baixa, oriundas de regiões rurais, esse relato de experiência narra as experiências de permanência de 9 estudantes, tendo como ponto analítico a própria estrutura e objetivos do ensino universitário.

Utilizou-se uma abordagem qualitativa para descrever os desafios enfrentados por essas estudantes. A coleta de dados focou nas relações sociais, culturais, étnicas e de gênero, explorando os significados, aspirações e valores dessas mulheres. Baseado na Análise do Discurso (Foucault, 2009), o estudo analisou tanto os discursos das participantes quanto as atas de encontros mensais realizados entre 2022 e 2023, discutidos em contexto com a literatura. As estudantes estão matriculadas em cursos de graduação, período laboral, no campus da UEM em

---

<sup>2</sup> De acordo com a Lei 6/92, o Sistema Nacional de Educação, em Moçambique, é constituído por 5 subsistemas e estrutura-se em 4 níveis de ensino: (i) Subsistema de Educação Geral; (ii) Subsistema de Educação de Adultos; (iii) Subsistema de Educação Técnico-profissional; (iv) Subsistema de Formação de Professores e; (v) Subsistema de Ensino Superior. Os níveis são: Primário, Secundário, Médio e Superior.



Maputo (1 estudante) e na Escola Superior de Ciências Marinhas e Costeiras, em Quelimane (4 estudantes), além da UniSave (4 estudantes), nos anos iniciais e finais de seus cursos.

Os dados foram recolhidos com base em um questionário preenchido remotamente (*online*), composto por perguntas abertas, contendo dados de identificação, seguido por eventos que afetaram e/ou afetam a sua trajetória de escolarização, estrutura da universidade frequentada, tipo de apoio recebido para permanecer na universidade (financeiro, afetivo, etc.), programa de assistência estudantil que usufrui a partir do projeto e os autorrelatos referenciando aspectos que possibilitam a expressão de impactos do apoio recebido no projeto para a permanência na universidade e conclusão do curso de graduação.

Para a análise dos dados, foi utilizado o Microsoft Excel 2013 para extrair e conferir as respostas das estudantes, tendo sido observada a ética em pesquisa com seres humanos (por exemplo, recorre-se a pseudônimos que elas escolheram para resguardar suas identidades. Após a extração, as respostas foram categorizadas e analisadas, conectando os achados aos referenciais teórico-metodológicos.

### **3. Obstáculos e vivências na permanência universitária: experiências pessoais e coletivas**

As experiências educacionais das estudantes em Moçambique são influenciadas pelas vivências universitárias, nas quais interações dialógicas moldam discursos, conhecimentos e práticas, favorecendo a socialização e o aprendizado. É crucial entender as descontinuidades e rupturas nessas trajetórias, que são evidenciadas pelos obstáculos vivenciados pelas estudantes.

No que respeita à componente econômica, a baixa renda foi o elemento referenciado por todas as estudantes. A falta de emprego pessoal e familiar mostra-se elemento crucial que impacta decisivamente a participação no ES e os resultados do percurso acadêmico, na medida em que a manutenção da vida e a subsistência são diretamente afetadas:

O salário que a minha mãe recebe [...] não chega a 1 salário mínimo e eu precisaria de pelo menos 5000<sup>3</sup> MT para as despesas básicas (Marisa, 2024).

[...] já deixei de comprar comida e usar o valor na compra de material escolar e transporte e pagar matrícula (Mafalda Jalane, 2024).

[...] chegou um momento em que devia interromper os estudos, não estava a conseguir arcar com as despesas. [...] por mês, meu pai consegue enviar-me 3000 MT<sup>4</sup> e desse valor tiro 1500 MT para o aluguel de casa; e o resto é de transporte, alimentação, material escolar (Macuácuca, 2004).

<sup>3</sup> O correspondente a 385 reais ao câmbio do dia 15 de abril de 2024.

<sup>4</sup> O correspondente a 231 reais ao câmbio do dia 15 de abril de 2024.



Enfrentava dificuldades financeiras, de lugar para morar, material escolar, de alimentação, sobretudo porque tenho problemas de saúde que requerem uma alimentação muito rigorosa (Gigi, 2024).

Esses relatos indicam que o ingresso e a permanência no ES são amplamente influenciados pelo apoio familiar, especialmente a mãe, figura central no suporte financeiro e emocional, muitas vezes através do trabalho informal. Mas também, as trajetórias no ES são impactadas não só pela origem familiar (Jencks, 1972), mas também pelas instituições de ensino, que podem ser contrapostas, conforme Dubet (2015), por políticas de equalização de oportunidades educacionais.

Portanto, as incongruências da lógica capitalista na sociedade moçambicana também se manifestam nos processos educacionais, especialmente na luta de estudantes provenientes de classes socioeconômicas bastante desfavorecidas, negros/as e mais incisivamente de regiões rurais. Os próprios discursos das estudantes denunciam a ausência/ou limitações das políticas e programas destinados a suprir necessidades básicas, garantir a permanência e a democratização do ES:

[...] a universidade ou o governo não oferecem ajuda. Nunca soube (Mafalda Jalane, 2024).

Ganhei uma bolsa parcial que inclui apenas matrícula. [...] essa bolsa é importante, porque enquanto nossos pais pagam o aluguel e outras despesas, a escola paga a nossa matrícula (Ashera, 2024).

[...] a universidade não oferece nenhum tipo de ajuda. Ano passado prometeram transporte para pessoas que vivem longe, mas [...] não aconteceu (Imperatriz, 2024).

Os relatos acima indicam que a democratização do acesso à universidade para grupos historicamente excluídos deve estar associada a políticas públicas que garantam a permanência de estudantes. Estudos apontam uma forte relação entre o ensino e as condições materiais necessárias para cobrir despesas acadêmicas, como alimentação, transporte, moradia e livros (Dubet, 2015; Santos, 2014; Tambe, Costa, Gonçalves, 2022). Em Moçambique, a cobrança de taxas a estudantes pobres de áreas rurais e a limitação das bolsas de estudos evidenciam as fragilidades das políticas de assistência estudantil, comprometendo a inclusão no ES

Os discursos das estudantes que somente têm acesso à residência universitária deixa claro que são obrigadas a pagar um valor de 1100 MT<sup>5</sup> (no alojamento universitário da cidade de Maputo) e 700 MT (no alojamento universitário da cidade de Quelimane) para ter acesso a esse bem público, embora esse pagamento não esteja plasmado no regulamento de bolsas de estudo

<sup>5</sup> Correspondente a aproximadamente 87 reais ao câmbio do dia 12 de abril de 2024.



da UEM. Destaca-se que essas estudantes recorrem ao alojamento universitário por ser mais acessível (em termos de custos) em relação aos valores cobrados nos bairros em torno da universidade.

#### **4. Projeto "Juntas Somos Mais Fortes" e seus impactos na permanência estudantil**

A partir de 2022 até então, o projeto "Juntas Somos Mais Fortes" vem apoiando o desenvolvimento acadêmico e pessoal de 9 que cursam diferentes áreas de formação. O compartilhamento de experiências entre professoras e estudantes, realizado em reuniões online devido à distância entre Moçambique e Brasil e em Moçambique, tem mostrado resultados satisfatórios. As atividades do projeto incluem reuniões mensais, apoio na superação de desafios, facilitação de estágios, inglês como língua estrangeira e aquisição de computadores.

Nas reuniões mensais, as/os participantes compartilham suas dificuldades acadêmicas, proporciona-se orientação personalizada, visando identificar estratégias para sua superação. Além disso, promove-se a formação de grupos de estudo entre estudantes do mesmo curso ou áreas afins, permitindo troca de conhecimentos e esclarecimento de dúvidas:

O apoio que tenho recebido do projeto ajuda bastante. [...] consigo pagar o aluguel da casa e mensalidades, compro comida, porque estudo na província longe de casa (Leticia, 2024).

A ajuda do projeto tem sido um privilégio para mim, [...] ajuda nas despesas [...] (Macuácu, 2024).

Reconhecendo a importância da experiência prática e os desafios enfrentados pelas estudantes, especialmente por serem mulheres, negras e de baixa renda, o projeto tem ajudado a encontrar estágios em suas áreas de estudo. Isso oferece aprendizado prático e complementa a teoria acadêmica com habilidades valiosas para o mercado de trabalho (Bittencourt, 2005; Coelho, 2006; Gouvêa, 2009), sobretudo enquanto exigência do processo formativo.

Destaca-se o apoio adicional que permitiu à coordenação do projeto adquirir 3 computadores portáteis, proporcionando às meninas recursos essenciais para a realização de trabalhos acadêmicos e facilitando o acesso à informação. Esses computadores foram alocados nos três campi frequentados pelas/os participantes do projeto.

#### **5. Considerações finais**

As trajetórias das/os estudantes ressaltam a importância de bolsas de estudo e auxílios como moradia e transporte, com a universidade sendo uma parte essencial de seus projetos de vida e desenvolvimento pessoal e social, especialmente no contexto rural de Moçambique.



Embora as políticas de acesso ao ES sejam cruciais, elas não são suficientes para superar as desigualdades históricas relacionadas a gênero, classe, etnia/raça, regionais e econômicas.

Nesse cenário, o Projeto "Juntas Somos Mais Fortes" tem desempenhado um papel fundamental no apoio às participantes. A experiência compartilhada sobre o projeto "Juntas somos Mais Fortes" ressalta a importância do desenvolvimento de políticas estratégicas de permanência que levem em consideração as características específicas de cada região do país, econômicas, sociais, de gênero, de classe, étnicas/raciais e mantenha um apoio contínuo aos estudantes vulneráveis durante toda a trajetória escolar.

## Referências

- BITTENCOURT, C. C. *Gestão de competências e aprendizagens nas organizações*. São Leopoldo: Unisinos, 2005.
- COELHO, I.M. *Formar para o mercado ou para a autonomia? O papel da universidade*. Campinas: Papirus, 2006.
- DUBET, F. Qual a democratização do ensino superior? *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200002>. Acesso em: 09 de ab. de 2021.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- GASPERINI, L. *Moçambique: educação e desenvolvimento rural*. Sorbonne: Iscos, 1989.
- GOUVÊA, M. G. Estágio, supervisão e trabalho profissional. *Serviço Social & Realidade*, v.17, n. 1, p. 62-73, 2009. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4/69>. Acesso em: 16 de set. de 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2021). *População de Moçambique para 2021*. Maputo: Imprensa Nacional. Disponível em: <https://www.ine.gov.mz/web/guest/b/populacao-mocambicana-para-2021>. Acesso em: 22 de ago. de 2023
- JENCKS, C. *et al. Inequality: a reassessment of family and schooling in America*. New York, Basic Books, 1972.
- LANGA, P. V. Alguns desafios do ensino superior em Moçambique: do conhecimento experiencial à necessidade de produção de conhecimento científico. In: BRITO, de L. (Ed.). *Desafios para Moçambique*, 2014. Maputo: IESE, 2014. Pp. 365-395.
- MATTOS, C.M.B.; LEBRÃO, S. M. G.; HELENO, M.G.V. Adaptação, rendimento, evasão e vivências acadêmicas no ensino superior: revisão da literatura. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, n. 3, p. 583-591, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111118>. Acesso em: 03 de nov. de 2023.
- MIGUEL, L.L.A.J.; TAMBE, T.A.F.; COSTA, C.S. Examining and trends in higher education in Mozambique. *Higher Education*, n. 83, pp. 411-439, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10734-020-00666-4>. Acesso em: 19 de fev. de 2023.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MINED. *Plano Estratégico do Ensino Superior (PEES) 2000 – 2010*. Maputo: MINED, 2000.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MINED. *Plano Estratégico do Ensino Superior (PEES) 2000 – 2010*. Maputo: MINED, 2012.



**SemiEdu 2024**

FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
EM FOCO: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS

MOÇAMBIQUE. *Sistema Nacional de Educação: linhas gerais*. Maputo: Tipografia Minerva Central, 1985.

MOÇAMBIQUE. *Define competencies of the Ministry of Education. Bulletin of the Republic*, I Série, n.º 52, Maputo, 1986.

MOÇAMBIQUE. *Constituição de Republica de Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária, 1990.

SANTANA, A.C.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Desenvolvimento Humano: aproximações a uma perspectiva semiótica e dialógica. In: OLIVEIRA, M. C. S. L. *et al. Psicologia dos processos de desenvolvimento humano: cultura e educação*. São Paulo: Editora Alínea, 2016. p. 13-32.

SILVA, I. R. *et al.* (2018). *Os significados das trajetórias de escolarização de jovens estudantes Amazônidas*. Research Project funded by the National Program for Academic Cooperation in the Amazon, call for proposals n. 21/2018. Brazil/CAPES.

TAMBE, T.A.F.; COSTA, C.S.; GONÇALVES, A.C.P (2022). Relação entre equidade de gênero no ensino superior e desenvolvimento tecnológico), em Moçambique. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.20, n.1, p. 100-127, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i1p100-127> Acesso em: 25 de abr. de 2024.

TAMBE, T.A.F. *Gênero e educação em Moçambique: acesso e permanência da mulher rural no ensino superior*. 326 f. Tese ((Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2023.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNFPA- *Situação da População Mundial 2017*. Mundos distantes. Saúde e direitos reprodutivos em uma era de desigualdade. UNFPA, 2018

VYGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Realização

